

HABEAS CORPUS Nº 502.188 - SP (2019/0093865-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : BRUNO DA SILVA OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : BRUNO DA SILVA OLIVEIRA - SP317041
JOEL JUNIOR AMORIM RODRIGUES
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FELIPE EDUARDO FERREIRA ODA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de FELIPE EDUARDO FERREIRA ODA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento da Apelação n. 00109007-09.2015.8.26.0196.

Consta dos autos que o paciente foi condenado em primeiro grau à pena de 3 (três) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial fechado e ao pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa, sendo concedido o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa apelou perante o Tribunal de origem, que deu parcial provimento ao recurso em acórdão assim ementado (fl. 39):

APELAÇÃO CRIMINAL – FURTO DUPLAMENTE QUALIFICADO MAJORADO PELO REPOUSO NOTURNO – SENTENÇA CONDENATÓRIA – DEFESA PLEITEIA A ABSOLVIÇÃO – TESE DEFENSIVA DESCABIDA – PROVA SUFICIENTE – OS RÉUS CONFESSARAM NA FASE EXTRAJUDICIAL E GUILHERME, TAMBÉM, EM JUÍZO – FORAM TAMBÉM PESSOALMENTE RECONHECIDOS PELAS VÍTIMAS E PELA TESTEMUNHA PRESENCIAL – TESE DE CRIME BAGATELAR REJEITADA – CONDENAÇÃO MANTIDA - QUALIFICADORAS BEM CARACTERIZADAS – MANUTENÇÃO DO FURTO NOTURNO, POIS A CAUSA DE AUMENTO QUE NÃO SE MOSTRA INCOMPATÍVEL COM A PRESENÇA DE QUALIFICADORA – PRECEDENTES CITADOS – PENAS LIGEIRAMENTE REDUZIDAS – REGIME FECHADO MANTIDO – RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

No presente habeas corpus preventiva, sustenta o impetrante que ausentes os requisitos para execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação.

Pretende, em sede liminar e no mérito, a concessão da ordem para reduzir a pena imposta, fixar o regime aberto para o início do cumprimento da pena, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e que não seja expedido mandado de prisão antes do trânsito em julgado da condenação.

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator